



MEMORIE-SE, PUBLICAR  
E ESPERA-SE  
2000/02/15  
*[Handwritten signature]*

## REQUERIMENTO Nº 692./VIII/1ª - AC

DE 15/02/2000

**APRESENTADO POR: Isabel Vigia, do Partido Socialista**

**ASSUNTO: Actuação da IGAT**

Considerando a importância da Tutela sobre as autarquias locais.

Considerando que essa Tutela é de legalidade, conforme estabelecido na Constituição e na Lei.

Considerando que o exercício da Tutela Administrativa é feito pelo Governo através da IGAT a qual dispõe de um conjunto de meios que devem permitir o acompanhamento adequado da actividade autárquica.

Considerando que a actuação da IGAT deve ser célere quando surgem situações e factos em que existem indícios de ilegalidade e irregularidades.

- 1) Que me seja fornecido o quadro de pessoal da IGAT, vagas preenchidas e respectivos titulares;
- 2) Número de inquéritos, inspecções ordinárias e extraordinárias e outras acções em curso, com indicação do seu início e previsível fim;
- 3) Informação sobre queixas ou reclamações relativas ao Município da Nazaré (desde 1997), com indicação da respectiva data e

numeroso nº 15  
f. 15



informação sobre as medidas adoptadas pela IGAT, e que não tenham despacho do membro do Governo;

- 4) Informação sobre as razões porque não foi dado o andamento devido às queixas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista;
- 5) Informação sobre as razões que levam os Senhores Inspectores da IGAT a pronunciar-se sobre o mérito das situações constantes no relatório de 18/08/99. Será que a actuação não deverá ser apenas de mera legalidade e a apreciação, se há dolo ou não deverá ser dos Tribunais?
- 6) Quais as razões que justifiquem um certa passividade da IGAT perante as queixas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista, algumas de grande gravidade? Será que se está à espera que se consolidem todas as construções ilegalmente autorizadas pela Câmara Municipal da Nazaré, para que se assista à política do facto consumado e nada seja feito?

Nestes termos, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito à Secretaria de Estado da Administração Local que me seja dada resposta a este requerimento com urgência.

**Isabel Vigia**  
(Deputada do PS)

Assembleia da República, 15 de Fevereiro de 2000